

**DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO (PID)**  
**ETAPA DE AVALIAÇÃO**

Relatório N<sup>o</sup>: PIDA88046

<b>Nome do Projeto</b>	Projeto de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Fortaleza (P153012)
<b>Região</b>	AMÉRICA LATINA E CARIBE
<b>País</b>	Brasil
<b>Instrumento de Financiamento</b>	Projeto de Investimento
<b>Identidade do Projeto</b>	P153012
<b>Mutuário(s)</b>	Município de Fortaleza
<b>Agência Implementadora</b>	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA)
<b>Categoria Ambiental</b>	B-Avaliação Parcial
<b>Data de Preparação /Atualização do PID</b>	29-Set-2016
<b>Data de Aprovação /Divulgação do PID</b>	02-Out-2016
<b>Data Estimada de Aprovação pela Direção</b>	28-Abr-2017
<b>Decisão da Análise para Aprovação (da Nota de Decisão)</b>	
<b>Outra Decisão</b>	

## **I. Contexto do Projeto**

### **Contexto do País**

O rápido processo de urbanização do Brasil caracterizou-se por uma falta de planejamento, acesso inadequado a serviços básicos e desigualdade. As cidades são o centro da produção econômica do país, do seu crescimento e do capital. Nos aglomerados urbanos, em especial nas áreas metropolitanas, residem as fontes de grande parte do capital humano, social e financeiro do Brasil, sendo que mais de 90 por cento do PIB do país é gerado em suas cidades. Por outro lado, na maior parte das cidades, o crescimento rápido, associado à insuficiência de planejamento, resultou na concentração da pobreza e na insistente desigualdade nas áreas urbanas, na expansão dos assentamentos informais, no acesso insuficiente a serviços básicos, congestionamento, na alta vulnerabilidade a desastres naturais, na falta de espaços públicos de qualidade e na poluição ambiental. Hoje, as cidades e as regiões metropolitanas enfrentam o desafio da superação desses problemas, de modo a promover a inclusão social e melhorar a possibilidade de vida, apesar dos limitados recursos financeiros.

Para promover o crescimento sustentável das áreas urbanas, o Congresso Brasileiro aprovou em 2001 o Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 2001). O Estatuto dá aos governos municipais diretrizes para o planejamento urbano e ambiental integrados, além de instrumentos e mecanismos para uma maior participação dos cidadãos e transparência. Além disso, estabelece instrumentos técnicos, legais e fiscais que permitem que as cidades regulem e promovam o uso e o manejo sustentáveis e inclusivos da terra urbana (1). Por outro lado, passados quinze anos, ainda falta à maior parte das cidades a capacidade para aproveitar plenamente esses instrumentos, em especial a habilidade para incorporar aqueles relacionados ao uso da terra e à captura de valor, de forma a intensificar a alavancagem municipal sobre os mercados de imóveis e habitação

As cidades no Brasil deverão definir a maior parte a maior parte do desenvolvimento econômico e social do país para as próximas décadas. Não apenas as megacidades, mas, cada vez mais, as outras sessenta cidades em crescimento, que dispõem de mais de 500.000 habitantes, atraem tanto pessoas quanto empresas, através de oportunidades sociais e econômicas. A maior parte delas, em especial as de médio porte, ainda está experimentando expansão territorial, e encontram-se frente a opções estratégicas, que poderão ou impulsionar a geração de riqueza ou aprisioná-las a padrões dispendiosos de desenvolvimento, em termos do acesso à infraestrutura (habitação, transporte, serviços básicos), incrementando o uso de recursos, vulnerabilidade a perigos naturais e fragmentação social. A necessidade de um planejamento urbano integrado, um uso mais eficiente da terra e de um crescimento compacto é algo que permeia as cidades brasileiras, da mesma forma que a necessidade de oferecer a todos os cidadãos espaços públicos verdes, que possam promover o relacionamento entre as pessoas e o acesso a amenidades urbanas. Este Projeto proposto trata de alguns desses desafios urbanos e dá suporte a investimentos e às necessidades de fortalecimento institucional, que são tão comuns aos governos municipais locais. Assim sendo, os resultados e as lições por ele gerados poderiam ser replicados por todo o país.

\*\*\*

(1) Esses instrumentos, entre outros, permitem a transferência dos direitos de construção, (Transferência do Direito de Construir), com vistas à regularização dos assentamentos (Usucapião Especial de Imóvel Urbano), além da captura do valor da terra (Outorga Onerosa do Direito de Construir). Além disso, incentivam o uso de áreas subutilizadas (IPTU Progressivo no Tempo), gerando ainda oportunidades para parcerias entre os setores público e privado para a revitalização de áreas selecionadas (Operações Urbanas Consorciadas).

### **Contexto Setorial e Institucional**

Fortaleza, a capital do estado nordestino do Ceará, é a quinta maior cidade do país, com uma população de praticamente 2,6 milhões de pessoas. Concentra aproximadamente 29 por cento da população do estado e 67 por cento da população da região metropolitana. É o município com o mais alto PIB do Nordeste, e o décimo maior do país (R\$ 43.402 milhões em 2012) (IBGE, 2014). O setor de serviços é o principal impulsionador da economia local, gerando em média 68 por cento do PIB anual da cidade durante os últimos dez anos (IBGE, 2014). O setor de turismo é o maior da economia ligada a serviços, apresentando crescimento constante durante a última década.

Fortaleza caracteriza-se por altos níveis de desigualdade, contrastes socioeconômicos distintos e drásticos, além de acentuadas divisões espaciais. Algumas das áreas mais pobres e favelas localizam-se ao longo da costa (principalmente a oeste e a nordeste), bem como dos principais corpos de água, em áreas de alto risco de inundações – incluindo os rios Maranguapinho, Ceará e Coco e seus afluentes. Os assentamentos de baixa renda cresceram na periferia ao sul da cidade, onde ocorreu crescimento urbano durante as décadas de 70 e 80, sem ter sido acompanhado de acesso a saneamento, drenagem, habitação adequada, áreas verdes e espaços públicos, etc. Mais de 16 por cento da população vive em assentamentos que estão abaixo dos níveis normais e foram mapeadas na cidade 509 diferentes favelas (IBGE, 2010). Muito embora os níveis de pobreza e de desigualdade tenham caído durante as últimas décadas, o coeficiente Gini permanece ainda entre os mais altos, em comparação com as outras capitais de estados (IBGE, 2010) (2). Além disso, no ano de 2014 Fortaleza registrou a terceira mais alta taxa de homicídios do Brasil (66,55 por 100.000 habitantes), a oitava do mundo.

O rápido crescimento da cidade não foi acompanhado por investimentos e planejamento adequados, o que resultou em desmatamento e poluição. A cidade possui valiosos ativos ambientais: é flanqueada por longas praias, atravessada por dois rios principais e muitos tributários, possui uma extensa rede de lagoas e, no passado, possuía um conjunto considerável de áreas verdes. Entretanto, a rápida urbanização ocorrida nas décadas passadas não foi acompanhada de planejamento adequado e, como resultado, a cidade foi crescendo de modo espalhado, vendo áreas ambientalmente protegidas, parques e espaços verdes sendo invadidas por assentamentos informais. Investimentos em saneamento não conseguiram acompanhar o crescimento, o que gerou impacto negativo sobre o ambiente urbano. Apenas 46 por cento dos domicílios são ligados à rede de esgotos e a variação espacial é significativa, em termos de acesso. O lançamento de esgoto sem tratamento nos corpos aquáticos causou grande poluição de praias, rios e lagoas por toda a cidade. A Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF, em colaboração com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, está implementando um Plano de Saneamento Municipal, destinado a alcançar a cobertura universal do serviço e a tratar o esgoto doméstico até 2033. Para isso, será preciso não apenas investir na expansão da rede e na construção de novas estações de tratamento, mas também otimizar as redes existentes, aumentando o número de domicílios conectados e reduzindo as descargas ilegais diretas para o sistema de águas pluviais e para corpos de água de superfície.

A PMF reconhece a necessidade de reabilitar o ambiente urbano e de melhorar os padrões de uso e ocupação da terra por toda a cidade, para promover a inclusão social e um crescimento mais sustentável. Isso deverá exigir substanciais investimentos em restauração ambiental, infraestrutura e espaços públicos, além do fortalecimento das capacidades de planejamento, monitoramento e gestão urbanos. Atualmente, a Prefeitura está financiando projetos de saneamento, habitação e mobilidade urbanos por toda a cidade, mas são necessárias fontes adicionais de receitas, para financiamento dos investimentos necessários para fomentar a transformação da cidade a longo prazo. A Prefeitura reconhece o potencial dos instrumentos baseados no território definidos pelo Estatuto das Cidades, para estimular a transformação urbana e para gerar receitas. Através da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, a cidade desenvolveu um plano piloto para a implementação de instrumentos para a captura do valor da terra. Até agora, três Operações Urbanas Consorciadas (OUC's) de pequena

escala foram implementadas, estando outras em diferentes fases de desenvolvimento. Entretanto, a Prefeitura não dispõe das capacidades técnicas e institucionais para beneficiar-se plenamente dos instrumentos existentes e para aplicá-los em operações de transformação de maior escala.

Riscos ligados à mudança climática. O Brasil está exposto a toda uma variedade de perigos naturais, sendo os de natureza hidro-meteorológica os que mais se repetem e os que mais causam impactos, principalmente através de secas, chuvas severas e desmoronamentos de terra. Os estados da Região Nordeste são conhecidos por uma história de seca, com algumas cidades sendo também afetadas por inundações, que se tornaram mais frequentes ao longo da última década, como resultado da mudança climática. A operação proposta inclui atividades em uma área costeira de Fortaleza, bem como em outras, mais ao interior. Os investimentos a serem financiados não estão expostos a riscos significativos, especificamente à elevação do nível do mar ou a inundações. Ao contrário, vários investimentos deverão contribuir para um melhor manejo dos alagamentos em algumas áreas da cidade, uma vez que foram desenhados de acordo com uma perspectiva de manejo integrado da água.

\*\*\*

(2) Em 2010, 5,5 por cento da população permanecia ainda em situação de pobreza extrema.

## **II. Objetivos de Desenvolvimento do Projeto**

Os objetivos do Projeto são (a) fortalecer a capacidade do Município de Fortaleza para o planejamento do uso do solo e para a operacionalização de instrumentos de financiamento urbano e (b) melhorar o ambiente urbano e reabilitar espaços públicos, através de intervenções em áreas selecionadas da Bacia da Vertente Marítima e do Parque Rachel de Queiroz.

## **III. Descrição do Projeto**

### **Nome do Componente**

Restauração Urbana e Ambiental

### **Comentários (opcionais)**

O objetivo é promover a recuperação urbana e ambiental de áreas selecionadas da cidade, através de investimentos piloto em espaços públicos e saneamento. A implementação dessas ações piloto visa também fortalecer a capacidade do município para o planejamento urbano e o manejo ambiental. As intervenções incluem (i) a restauração do Parque Raquel de Queiroz (Parque RQ) e (ii) a redução de fontes pontuais de poluição ao longo da costa da Vertente Marítima (VM).

### **Nome do Componente**

Fortalecimento do Planejamento e da Operacionalização de Instrumentos de Financiamento Urbano

### **Comentários (opcionais)**

O objetivo deste componente é fortalecer a capacidade do Município de Fortaleza para o planejamento e a operacionalização de instrumentos de financiamento urbano, através (i) da atualização dos instrumentos de planejamento e das ferramentas de licenciamento e (ii) da implementação de instrumentos de transformação e financiamento urbano.

**Nome do Componente**

Gerenciamento do Projeto

**Comentários (opcionais)**

**IV. Financiamento (em milhões de dólares dos Estados Unidos da América)**

<b>Custo Total do Projeto</b>	146,60	<b>Financiamento Total do Banco</b>	73,30
Déficit de Financiamento	0.00		
<b>Fonte de Financiamento</b>			<b>Valor</b>
Mutuário			73,30
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento			73,30
Total			146,60

**V. Implementação**

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEUMA) será a agência responsável pela implementação do Projeto. Será criada na SEUMA uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), que incluirá um Coordenador de Projeto e pessoal dedicado, para a Administração e Gerenciamento Financeiro do Projeto e para Aquisições. As funções Técnicas e de M&A serão executadas por pessoal principal, nomeado da estrutura organizacional e administrativa da SEUMA. A agência será a responsável pela execução das atividades do Projeto, com suporte especial dos parceiros internos e externos da Prefeitura, além de parceiros externos, envolvidos em atividades setoriais específicas.

Será contratado um grupo de consultores individuais externos e específicos para os setores (nas áreas de desenvolvimento urbano e ambiental, instrumentos de financiamento de infraestrutura e saneamento, entre outras), para oferecer suporte técnico às equipes técnicas da SEUMA e da Unidade de Gerenciamento do Projeto, à medida em que surgirem as necessidades. Muito embora a Prefeitura não possua nenhum projeto em curso com o Banco, alguns funcionários principais da SEUMA possuem experiência anterior, tendo trabalhado com projetos financiados pelo Banco ao nível do estado. Será fornecida assistência técnica adicional durante todo o período de implementação do Projeto, para fortalecimento da capacidade de gerenciamento de projeto na SEUMA, incluindo capacitação nas áreas das salvaguardas, aquisições e gerenciamento financeiro.

**VI. Políticas de Salvaguarda (incluindo consultas públicas)**

<b>Políticas de Salvaguarda Acionadas pelo Projeto</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Avaliação Ambiental OP/BP 4.01	X	
Habitats Naturais OP/BP 4.04	X	
Florestas OP/BP 4.36		X
Manejo de Pragas OP 4.09	X	
Recursos Físicos e Culturais OP/BP 4.11	X	
Populações Indígenas OP/BP 4.10		X
Reassentamento Involuntário OP/BP 4.12	X	
Segurança de Barragens OP/BP 4.37		X
Projetos em Hidrovias Internacionais OP/BP 7.50		X
Projetos em Áreas sob Litígio OP/BP 7.60		X

**Comentários (opcionais)**

**VII. Pontos de Contato**

**Banco Mundial**

Contato: Catalina Marulanda

Título: Principal Especialista na Área Urbana

Tel: 473-8616

E-mail: cmarulanda@worldbank.org

Contato: Emanuela Monteiro

Título: Especialista na Área Urbana

Tel: 5761+1061 /

E-mail: emonteiro@worldbank.org

**Mutuário/Cliente/Recipiente**

Nome: Município de Fortaleza

Contato:

Título:

Tel:

E-mail:

**Agências Implementadoras**

Nome: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA)

Contato: Agueda Muniz

Título: Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente

Tel: 55853452-6903

E-mail: [agueda.muniz@fortaleza.ce.gov.br](mailto:agueda.muniz@fortaleza.ce.gov.br)

**VIII. Para maiores informações, contatar:**

The World Bank

1818 H Street, NW

Washington, D.C. 20433

Telefone: (202) 473-1000

Web: <http://www.worldbank.org/projects>